

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

EDLENE DA SILVA SOUSA

**O PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO DIANTE DAS
NOVAS TECNOLOGIAS**

**UBERABA/MG
2019**

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

EDLENE DA SILVA SOUSA

**O PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO DIANTE DAS
NOVAS TECNOLOGIAS**

Artigo científico apresentado à FAVENI como
requisito parcial para a obtenção do título de
Inspeção Escolar.

**UBERABA/MG
2019**

O PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS

RESUMO:

Este artigo é resultado de um estudo teórico que objetivou conhecer e avaliar o papel do supervisor pedagógico frente ao uso das novas tecnologias. Este fato é assunto de destaque no meio educacional, pois a introdução das novas tecnologias é hoje, uma realidade nas escolas. O supervisor pedagógico, nesse contexto, é um profissional com características próprias que define, na maioria das vezes, o trabalho docente a ser desenvolvido. Por isso, a partir da fundamentação teórica, defendeu-se o papel do supervisor pedagógico e de suas relações com as novas tecnologias inseridas na escola em que trabalha, subsidiando em autores como Ferreira (1999); Demo (2005); Luck (2005); Gouveia (2008); Perrenoud (2000); Levy (1994); Werneck (2003) e outros como fontes esclarecedoras sobre o tema abordado. Partiu-se do pressuposto de que cabe à educação, como propulsora do desenvolvimento de competências e habilidades, articular o ensino e o uso do computador, efetivamente, em todas as áreas do conhecimento. Diante disso, o supervisor pedagógico tem o papel de motivador e estimulador para o uso das novas tecnologias na escola, discutindo, avaliando e propondo caminhos que favoreçam a efetivação da parceria supervisor pedagógico, professores e alunos.

Palavras-chave: Supervisor Pedagógico. Escola. Tecnologias.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é conhecer e avaliar o trabalho do Supervisor Pedagógico frente aos avanços e o uso das novas tecnologias no âmbito escolar.

Delimitou-se o problema em questões que nos instiga enquanto profissional da área da educação que é o impacto que as novas tecnologias exercem na função de Supervisor Pedagógico na realidade escolar nos dias atuais.

Desse modo, pretende-se, especificamente, levantar questões a ele inerentes, através da literatura existente, refletindo, analisando e relacionando a teoria com a prática vigente nas escolas.

Para possibilitar a compreensão da função do Supervisor Pedagógico e de suas relações com as novas tecnologias inseridas na escola em que trabalha, bem como a realidade em que se insere e lhe dá sentido, torna-se necessário iniciar este estudo analisando e conceituando, por meio de estudos teóricos, o papel desse profissional frente às novas tecnologias vigentes na educação atual.

Para subsidiar a pesquisa, autores como Ferreira (1999); Demo (2005); Luck (2005); Gouveia (2008) dialogam com a pesquisadora sobre a função histórica do Supervisor Pedagógico, a evolução e os fundamentos teórico-metodológicos de seu trabalho como essencial na busca de conhecimentos para lidar com o uso das novas tecnologias. Perrenoud (2000) elucida conceitos como competências e habilidades. Ainda, Lèvy (1994); Werneck (2003) e outros que são fontes esclarecedoras sobre as tecnologias educacionais.

Diante desse cenário, investe-se neste artigo destacando o trabalho pedagógico do Supervisor Pedagógico e as práticas educativas desenvolvidas, onde o uso das novas tecnologias é uma realidade.

Parte-se do pressuposto de que cabe à educação, como propulsora do desenvolvimento de competências e habilidades, articular o ensino e o uso do computador, efetivamente, em todas as áreas do conhecimento.

A integração do computador ao processo educacional depende da atuação do professor que nada fará se atuar isoladamente. É necessário que os profissionais da educação iniciem a formação de sua competência para o uso da informática numa busca contínua por construir o raciocínio lógico do aluno.

2. O PAPEL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Nos dias atuais, torna-se necessária uma renovação no modo de perceber, organizar e obter conhecimentos. Com a chegada da informática à escola, esta não pode mais ser só conteúdo, mas partir de um ensino-aprendizagem com mais praticidade, para ensinar a perceber problemas e poder solucioná-los conforme a situação.

À escola, cabe o papel de propiciadora dos novos conhecimentos e mecanismos de aprendizagem, para informar e inserir as novas ferramentas tecnológicas em seu espaço, de maneira a ajudar professores e alunos a melhorarem seu desempenho profissional, escolar e pessoal.

Nesse contexto, está o Supervisor Pedagógico, que tem um papel importante em todo esse processo, ou seja, cabe a ele se adaptar a essa nova realidade, para que a escola possa se beneficiar e articular, de forma satisfatória, de todas as ações didáticas e pedagógicas propostas dentro das novas tecnologias.

Entende-se que, compete a este profissional, juntamente com o professor, encontrar maneiras eficazes de integrar ao cotidiano escolar, inovações, mediando o processo educativo, mudando-se o conceito de que o Supervisor Pedagógico é aquela pessoa que apenas fiscaliza o trabalho docente.

O Supervisor Pedagógico é o responsável pela parte pedagógica e o elo entre o diretor e demais membros da equipe escolar, por isso, cabe a ele a função de orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades do processo ensino-aprendizagem, propondo novas metodologias e sugerindo alternativas que possam solucionar problemas existentes.

Com isso, compete a este profissional uma nova função: a de articulador entre o uso das novas tecnologias e o trabalho docente. Esse papel de acompanhamento é uma das atividades mais antigas do ensinar e aprender. Sabe-se que na Grécia Antiga a Supervisão era considerada treinamento para estudantes e que na Idade Média o governo enviava às escolas um professor, percebido pelos demais como alguém que controlava as atividades, a fim de garantir que aspectos morais e religiosos da instrução fossem desenvolvidos. Por isso a Supervisão era percebida como garantia

de execução de um poder dado a alguém para se cumprir um dever, uma ordem (ZOTTI, 2004).

Durante o século XVII até o século XIX, as escolas, copiando as indústrias, colocava o supervisor na função de inspecionar, reprimir, checar e monitorar, como acontecia com os supervisores das indústrias durante a Revolução Industrial, surgindo aos poucos a ideia de supervisão relacionada ao processo de ensino e verificação das atividades docentes. No final do século XIX passa a preocupar-se com estabelecimentos de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar, visando a eficiência do ensino (ZOTTI, 2004).

Segundo Luck (2005), o século XX inicia-se e as escolas começam a transmitir, explicar, mostrar, impor, julgar e recompensar os ensinamentos, agora, procurando utilizar os conhecimentos científicos explorados pelos teóricos educacionais, principalmente, as teorias comportamentalistas (Psicologia) da época, para melhorar o ensino e os resultados obtidos através do mesmo.

A escola no início do século XX, tenta introduzir princípios democráticos nas organizações educacionais, e o Supervisor Pedagógico assume o papel de líder democrático, procura um esforço cooperativo, dividindo as ideias, o trabalho, valorizando os processos e procedimentos em grupo para alcançar os objetivos e tomar decisões no âmbito escolar.

Surge no período de 1957 a 1963 o curso para a formação de Supervisores Escolares, promovidos pelo Programa Americano de Assistência do Ensino Elementar (Pabae), para que esses supervisores atuassem no ensino elementar (1º. grau), com o objetivo de modernizar o ensino brasileiro e preparar o professor leigo (ZOTTI, 2004).

Após o ano de 1964 – a função de supervisor era a de controlar a qualidade do ensino, criar condições para um melhor desempenho dos alunos, o supervisor precisa ter formação de nível superior.

No Brasil, tornou-se concreta a função de Supervisor Escolar, a partir do Decreto - Lei 1.989 de 18/04/1931 – reforma de Francisco Campos, que passou a ser concebida de forma diferente: se antes era simples fiscalização, passava a assumir o caráter de uma supervisão mais preocupada com os objetivos, com o desempenho e as decisões para melhorar o ensino.

Com a lei 5.692/1971 - Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, a Supervisão Pedagógica (especialista em educação) ganha força, englobando atividades de assistência técnico-pedagógica e de inspeção administrativa, tornando-se mais abrangente para atingir não só a escola, como também o sistema de ensino (BRASIL, 1971).

O Supervisor Pedagógico teria uma função meramente técnica, a fim de garantir a qualidade do ensino, independente de qualquer opção política ou ideológica, porém, sabe-se que a política está inserida no espaço escolar, conseqüentemente, não se consegue fazer um trabalho de supervisão com neutralidade política.

Portanto, a Supervisão Pedagógica desenvolveu uma prática voltada para os aspectos técnicos e burocráticos do ensino, uma vez que o controle era a principal estratégia que iria assegurar seu papel de reprodutor na sociedade capitalista brasileira.

Segundo Luck (2005), a formação do Supervisor ao longo dos anos vem sofrendo transformações. Nos anos 70, o supervisor tinha uma concepção funcionalista, onde a definição de papéis e funções a serem desempenhadas tinha uma relevada importância, e os supervisores olhavam para a escola sem dinamismo e sem evolução, de modo passivo. A crítica radical a este caráter funcionalista veio nos anos 80 e 90 e continuou em 2000, onde o supervisor faz um trabalho técnico, mas não “tecnicista”, a sua função é contextualizada, auxilia e promove a coordenação das atividades do processo pedagógico e sua atualização, pelo estudo e pelas práticas coletivas dos professores, de acordo com os fundamentos e processos pedagógicos.

Para Luck (2005, p. 28):

O Supervisor Pedagógico é aquele profissional que articula de forma satisfatória todas as ações didáticas e pedagógicas propostas dentro da escola. Cabe a ele encontrar uma maneira eficaz de integrar essas ações ao cotidiano escolar de modo que não existam dúvidas ou problemas posteriores. Durante a implementação das inovações, o supervisor pedagógico também trabalha como mediador do processo.

Dessa forma, é importante destacar que nos dias atuais, para trabalhar com a educação, o Supervisor Pedagógico mudou suas características: tornou-se um pesquisador que trabalha em parceria com o professor, produzindo estratégias e métodos eficazes, necessários ao aprendizado de qualidade.

Esse profissional é um apoio que acompanha de perto o rendimento escolar, procurando sempre intermediar a relação entre professor e aluno, estar sempre atento aos recursos mais atuais, mais adequados para que a equipe da escola seja sempre atuante e capacitada.

Para Gouveia (2008, p. 45), “o Supervisor Pedagógico sempre será um elo entre pais, alunos, professores e gestores, auxiliando sempre que for necessário, pois deve ter em mente que trabalha com uma equipe”.

O Supervisor precisa estar atento para que toda a equipe realize seu trabalho com coerência, motivação, incentivo, articulando os conteúdos e fazeres da escola com a Proposta Pedagógica construída por todos.

Quanto à sua importância, Gouveia (2008) cita:

Uma das grandes virtudes para a função do supervisor é a capacidade de estar aberto à sensibilidade. A sensibilidade nos dá uma leveza ao tão desafiador trabalho de formação, portando consideramos a necessidade de desconstruir conceitos, hábitos e atitudes já enraizadas. A confiança é importante para por em prática essa construção transformadora e libertadora, onde todos possam se tornar mais humanos.

Trabalhando diretamente com o ser humano, o Supervisor Pedagógico deve aprender a lidar com personalidades diferentes e entender a sensibilidade de cada um, pois ele é um mediador entre conflitos pessoais e interpessoais que podem aparecer e este mesmo supervisor deve estar preparado para ouvir, falar o necessário para acalmar ou tentar mostrar uma opção melhor.

Nesse caso, a preocupação com o uso das novas tecnologias é uma realidade nas escolas e por isso, o Supervisor Pedagógico atual precisa renovar-se, sempre, através de leituras, cursos, avaliações do que fez e precisa fazer para ser um profissional de qualidade (GOUVEIA, 2008).

Atualmente, professores, diretores, pedagogos devem ter em mente que a pesquisa deve ser uma constante em seu trabalho, em seu estudo e cotidiano, mais do que nunca a pesquisa torna-se aliada e extremamente necessária ao Supervisor Pedagógico.

Este profissional não pode ficar parado, precisa sempre aumentar sua bagagem de conhecimento, de técnicas pedagógicas, de relações pessoais e interpessoais. Precisa ter consciência de que seu trabalho se movimenta em direção

ao novo, às novas conquistas de educação, avaliando-as com criticidade para aproveitá-las no cotidiano da sala de aula.

A inserção da tecnologia nas escolas, para muitos supervisores e professores ainda gera medo, insegurança, desconfiança, pois muitos espaços escolares não se prepararam para receber os equipamentos, para lidarem com projetos e softwares, ainda não sabem como tornar todo esse equipamento tecnológico um aliado para a aprendizagem, encarando o objetivo principal do uso de ferramentas tecnológicas na sala de aula que é garantir um bom desenvolvimento ao aluno.

É importante destacar que as tecnologias estão aí. A escola querendo ou não, envolve-se com tudo que surge de positivo ou negativo na comunidade, assumindo um papel de articuladora, analisadora e reflexiva diante de situações que vão surgindo na comunidade em que está inserida.

As tecnologias passam a fazer parte da vida das pessoas e a escola, também, avança e adere às novas tecnologias, seja usando as ferramentas para alcançar uma boa aprendizagem, seja para fazer um estudo crítico sobre o uso destas tecnologias.

De acordo com Valente (1999), se com o surgimento da televisão e do vídeo, as escolas começaram a mudar a maneira de ensinar, facilitando o aprendizado do dia-a-dia, surgindo outras possibilidades de aprendizagem, com a entrada do computador e da Internet nas salas de aula, as pessoas que fazem parte da escola precisam se atualizar e se inteirar dos meios tecnológicos.

As informações e os instrumentos são muitos, hoje há possibilidade de conectarmos com o mundo inteiro em frações de segundos. Desta forma, analisar mais especificamente, a situação do Supervisor Pedagógico e como este profissional está encarando essas mudanças e o que tem feito para se atualizar é muito importante, tendo em vista que toda a comunidade escolar, seja do diretor até o porteiro, precisa ter uma nova postura diante da realidade da escola inserida no mundo globalizado.

Assim, detectar quais os pontos favoráveis e não favoráveis ou quais as maneiras mais adequadas de se usar as tecnologias para que as mesmas não acabem sendo prejudiciais, é um novo desafio para a escola.

É importante destacar que a Internet, a televisão, o rádio, o vídeo, o DVD vão sempre se inovando, pois a avanço tecnológico é muito rápido. O Supervisor Pedagógico e o professor acabam ficando, muitas vezes para trás perante seus

alunos. Por isso, é fundamental saber usar adequadamente essas ferramentas com criticidade, capacidade e bom senso para que sejam melhores mediadores entre o conhecimento e o aluno.

O uso das novas tecnologias na escola torna-se bastante complexo quando os profissionais da escola estão inseguros, apreensivos e acham que não vale a pena tentar. Neste sentido, cabe ao Supervisor Pedagógico perceber, analisar situações e mostrar a importância do uso das novas tecnologias em sala de aula.

Neste caso, pode-se dizer que a formação continuada é um ótimo espaço para que supervisor e o professor aproveitem para estudar a respeito das técnicas, da montagem de projetos que vão ser desenvolvidos em sala de aula, destacando que as atividades desenvolvidas devem ser preparadas com critérios e cuidados, pois usar os recursos tecnológicos apenas para dizer que está acompanhando as novas tecnologias não compensa e nem acontece o desenvolvimento da aprendizagem que é a principal meta.

Neste contexto, o Supervisor Pedagógico deve ser uma pessoa com competência e criticidade, deve ter disposição e humildade para recomendar a estudar sobre informática aplicada a educação, saber mexer nas máquinas, coordenar o planejamento e tentar da melhor forma possível, auxiliar o professor nesta área, que de certa forma ainda se sente inseguro (PERRENOUD, 2000).

Cabe, pois, ao Supervisor, em parceria com o professor, dar sustentação e apoio ao desenvolvimento das práticas pedagógicas através das novas tecnologias, para aperfeiçoar a aprendizagem. Tanto o Supervisor quanto o professor são educadores e cada um com sua função, precisam saber lidar com as tecnologias e conseguir relacioná-las e inseri-las aos conteúdos pedagógicos com clareza e habilidade aproveitando da melhor maneira possível destes recursos, hoje, já disponíveis em muitas escolas brasileiras.

Neste contexto é importante citar Perrenoud (2000, p. 128):

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso-crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.

Estamos em uma era onde a cada momento surgem inúmeras especializações e infinitas informações, por isso, é necessário cada vez mais pessoas qualificadas. As

habilidades exigidas são cada vez mais sofisticadas, e a escola, como mera transmissora de conhecimentos, desqualificada e repetitiva, não nos interessa mais. Devido a esta história da educação, hoje mais do que nunca, esta escola é um dos pilares para a construção de qualquer sociedade que pretenda se desenvolver para o século XXI.

Segundo Moraes (2002, p. 12-13):

Educar para a cidadania global significa formar seres capazes de conviverem, se comunicarem, dialogarem num mundo interativo e interdependente utilizando os instrumentos da cultura. É preparar o indivíduo para ser contemporâneo de si mesmo, como membro de uma cultura planetária e, ao mesmo tempo, comunitária próxima, que, além de exigir sua instrumentação técnica para comunicação a longa distância, requer também o desenvolvimento de uma consciência de fraternidade, de solidariedade e a compreensão de que a evolução é individual e, ao mesmo tempo, coletiva. É prepará-lo para compreender que acima do individual deverá sempre prevalecer o coletivo.

Isso significa que cada participante exercita sua fala, sua opinião, seu silêncio, defendendo seus pontos de vista. Portanto, descobrindo que, mesmo tendo um objetivo mútuo, cada participante é diferente e tem sua identidade.

Entretanto, há, ainda, em alguns espaços escolares, certa resistência à transformação tecnológica, aos conceitos, ideias e inovações que transformariam atitudes e modos de ensinar e, sem dúvida, com a tecnologia de que dispomos hoje a escola se inovaria, e garantiria aos alunos e dirigentes um conhecimento bem mais amplo, qualitativo e dinâmico.

Entende-se, com isso, que as situações ditas novas em qualquer espaço em que o homem vive e convive, sempre trazem apreensões, incertezas e insegurança, mas as vantagens são, em grande escala, maiores que as desvantagens.

As vantagens que a tecnologia traz para a escola são várias, ou seja, desde soluções práticas para aperfeiçoar todo o trabalho da instituição: a máquina de escrever, mimeógrafo, fichário de biblioteca, livro de entrada e saída, recibos feito a mão, até a uma nova forma de ensinar em sala de aula.

Torna-se extremamente necessário uma mudança de visão de toda a escola, e junto com o Supervisor Pedagógico, acionar maneiras de instruir os professores, e educadores em geral.

Para Borba (2001, p. 51), “o acesso à informática deve ser visto como um direito e, portanto, nas escolas públicas e particulares o estudante deve usufruir de uma educação que no momento atual inclua, no mínimo, uma alfabetização tecnológica’.

Assim, a escola deve permitir aos alunos, inclusive aos menos favorecidos, entrar no universo da informática, rompendo com o abismo tecnológico que se instaurou entre ricos e pobres, entre escola pública e privada.

Cabe ao Supervisor Pedagógico, o papel de articulação e integração, contribuindo para recolocar a visão de totalidade no tratamento que será dado ao conhecimento, no currículo escolar. Somente um Supervisor competente será capaz de compreender o sentido dessa totalidade e ajudar a escola na criação e desenvolvimento de projetos pedagógicos que viabilizem o trabalho integrador em que a escola deverá se empenhar, com a participação de todos os seus profissionais.

É importante destacar que todo trabalho escolar deve estar de acordo com o projeto da escola. Em relação ao Projeto Político-Pedagógico, Demo (2000, p. 261) indica que este projeto “requer a participação de todos, na medida em que esse documento estabelece metas e objetivos, bem como a melhor maneira de alcançar as metas propostas”. Um projeto de qualquer natureza requer riscos e propõe a busca de uma realidade, aprimorando-se à real situação em que está inserido.

O projeto político-pedagógico tem como ponto de partida o compromisso formal com o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Assim, esse projeto na escola tem como objetivo propor e intervir onde a necessidade do aluno requer maior atenção, na tentativa de multiplicar seu conhecer.

Dessa forma, o professor pode colaborar para constituir a autonomia do aluno e contribuir para formar um cidadão consciente. Ressaltamos que o projeto político-pedagógico, conforme Demo (2000) compromete os professores e qualifica-os como atores centrais, na elaboração do ensino-aprendizagem.

Por isso, a partir da realidade delimitada, interessam a todos os envolvidos na educação, desenvolver práticas pedagógicas educativas, pois só assim, o ensino-aprendizagem se tornará um processo interativo, coletivo e que, principalmente apontará caminhos para a reflexão sobre questões que envolvem o fazer pedagógico.

Desta forma, espera-se que este trabalho possa contribuir com o debate sobre questões da prática pedagógica dos professores na questão da informatização, no

sentido de defender um ensino de qualidade a todos os alunos, sem distinção de raça, etnia, nível sócio-econômico, etc.

Ressalta-se que há muito que se caminhar e são muitos os desafios para que se estabeleça um trabalho significativo em informática na escola. A elaboração de um planejamento coerente com as práticas docentes deve ser a proposta de toda instituição escolar, não só para a área de informática, mas em todas as disciplinas e níveis escolares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, chegou-se a conclusão de que não é mais possível fugir das novas tecnologias, principalmente nas escolas. Por isso, o estudo realizado aponta como tema principal a incorporação das novas tecnologias e suas linguagens na educação, tendo como apoio o trabalho do Supervisor Pedagógico.

Entretanto, a questão em debate é como o Supervisor Pedagógico está se apropriando dessas novas tecnologias, não só do ponto de vista de seu manuseio, mas principalmente de sua utilização na escola, para que possam provocar impactos positivos na educação e no trabalho docente.

Por isso, cabe a este profissional a elaboração de um plano de trabalho que corresponda às tomadas de decisões educacionais por todos que a concebem, planejando, executando e avaliando sempre, tendo por base a organização do trabalho escolar de forma integral.

O trabalho do Supervisor é, portanto, ajudar a construir um plano de trabalho onde envolva a participação da comunidade escolar, em busca de um caminho que remeterá à realização da melhor maneira possível da função educativa.

Trata-se de entender que o computador e a Internet estão cada vez mais aliados à vida das pessoas, por isso, a escola precisa potencializar a aprendizagem das novas tecnologias, pois a formação do cidadão não pode estar alheia ao novo contexto socioeconômico-tecnológico, cuja característica geral não está mais na centralidade da produção fabril ou da mídia de massa, mas na informação digitalizada como nova infra-estrutura básica, como novo modo de produção.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BORBA, M. C. e PENTEADO, M. G. **Informática e Educação Matemática** - coleção tendências em Educação Matemática - Autêntica, Belo Horizonte – 2001

BRASIL. **LEI 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Documenta nº 1, Rio de Janeiro, mar.1962a.

_____. **LEI 5692**, de 11/08/71 IN Comparativo da Lei Nº 9394 de 20/12/96 (LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) com as LEIS 4024 de 20/12/61 e 5692 de 11/08/71. Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo.

_____. **LEI 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Institui diretrizes nacionais para a formação de professores da educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

DEMO, Pedro. **Aprender/conhecer**: Nova mídia e educação: incluir na sociedade do conhecimento (UnB, 2005) I. PAG.3

http://telecongresso.sesi.org.br/4telecongresso/templates/capa/TextoBase_4Telecongresso.doc < Acesso em 06/09/2008.

_____. **Teoria e pratica do projeto pedagógico**. Unb, Brasília, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Garapeto (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo, Cortez, 1999.

GOUVEIA, Bárbara. **O papel da supervisão educacional/coordenação pedagógica**. Disponível em <http://papeldoprofessor.blogspot.com/2008/06/o-papel-da-superviso.html>. Acesso em: 08 setembro de 2008.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCK, Heloisa. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: VOZES, 2005.

MORAES, A. F. (Os) Pioneiros da ciência da informação nos EUA. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.12, n.2, p.101-124, jul.-dez. 2002

PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

WERNECK, HAMILTON. **O Profissional do Século XXI**. Ed. Vozes, 2003.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

VALENTE, J. A. Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **Visão analítica da Informática na Educação no Brasil:** a questão da formação do professor. 1999. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/sbcie/revista/nr1/valente.htm>. Acesso em 22-07-2008.

_____. **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas, UNICAMP/NIED, 1999.